



**UDIPSS
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Nº11 / SETEMBRO 2024



CREVIDE

CONHEÇA A IPSS

CREVIDE

CRECHE POPULAR
DE MOSCAVIDE



**NA CONFERÊNCIA “O DESAFIO DA PROTEÇÃO SOCIAL”
UDIPSS LISBOA ENTREGA PROPOSTAS
À SECRETÁRIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL E DA INCLUSÃO**

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

**AVALIAÇÃO POSITIVA
NA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**



EM FOCO

**SOLIDARIEDADE, HOJE E AMANHÃ
REFLEXÃO DE BAGÃO FÉLIX**



JOSÉ CARLOS BATALHA
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

LEVEM-NOS A SÉRIO!

A UDIPSS Lisboa organizou, no dia 4 de outubro, a Conferência com o título “O Desafio da Proteção Social” juntando IPSS, CML e Governo a falar sobre o presente e futuro do setor social.

Foi um encontro que resultou num documento síntese, entregue em mão à Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, que esteve na sessão de encerramento. No seu discurso defendeu, entre outras ideias, a articulação.

É acertado que se procure uma ação concertada com os agentes da área social, e as IPSS são um pilar fundamental. Acertar o passo tem de traduzir-se em políticas acertadas, medidas corretas, acompanhamento adequado e uma fiscalização construtiva, que deixe de ser feita apenas para preencher a “checklist”, cega e surda às especificidades das Instituições e das respostas sociais. Os centímetros da porta ou a capacidade da sala não valem para tudo....

É urgente alterar procedimentos que têm sido aplicados e que, em muitos casos, atentam contra a dignidade de dirigentes e Instituições. Ora, esses dirigentes são voluntários que dão do seu tempo, conhecimento e empenho para pôr a funcionar as Instituições que, todos os dias e todo o ano, garantem um serviço público que o Estado não faz e se fizesse, certamente, não faria tão bem e com a mesma proximidade às pessoas, com o mesmo cuidado e o mesmo olhar.

Acresce lembrar (sempre!) que as IPSS existem por direito próprio, não resultam de um qualquer favor de governante ou autarca. Do Estado e dos Municípios, as IPSS esperam compromisso e seriedade.

Compromisso, desde logo, para cumprir a comparticipação dos 50%, pagar as verbas em atraso (que as há!) e entender que o Setor Social não quer mais andar a funcionar de mão estendida.

Seriedade nos discursos e na prática! Não é dizer que se defende o Setor e depois estar de costas voltadas, não reunir ou não escutar... ou deixar de visitar uma Instituição porque outro compromisso se meteu na agenda.

Levem-nos a sério no Orçamento do Estado e na discussão das políticas sociais.

O atual Governo diz que está a «tratar da vida de todos olhando para a vida de cada um».

As IPSS são feitas de pessoas para pessoas. Todos os dias. A fazer milagres.●●



CONFERÊNCIA O DESAFIO DA PROTEÇÃO SOCIAL

A UDIPSS Lisboa organizou, no dia 4 de outubro, a Conferência “O Desafio da Proteção Social”, com o objetivo de dar a conhecer os contributos recolhidos junto das IPSS Associadas, quer através do ciclo de reuniões concelhias realizadas este ano, quer através de um questionário online, cujos resultados foram analisados e apresentados por coordenadores que são especialistas nas diferentes áreas: Infância,

Crianças e Jovens em Risco, Deficiência, Envelhecimento/Saúde, Pessoas sem Abrigo, Sustentabilidade.

O caderno com as conclusões da Conferência foi entregue, em mão, à Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, na sessão de encerramento, onde esteve também a Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Sofia Athayde. →





No seu discurso, o presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, sublinhou à governante que “Tem aqui uma amostra consistente do que se passa no setor social. Esperamos que possa olhar e encontrar políticas e medidas que respondam a algumas (certamente, não todas...) das questões que foram elencadas no documento síntese que lhe entregamos nesta ocasião”. O apelo foi também dirigido à Vereadora Sofia Athayde porque “há certamente medidas que poderão ser analisadas ao nível do Poder Local, na re-

lação com as Instituições dentro do território municipal, no caso, o território de Lisboa”. Reforçou ainda que o défice do Setor Social “tem de acabar” e que “É tempo de acabar com a ideia de que o Setor Social tem de estar de mão estendida. É preciso olhar para o Terceiro Setor pelas suas competências e pelo serviço que presta ao País, na vertente social e na vertente económica, já que somos os principais empregadores em várias regiões do País”.



A Vereadora Sofia Athayde valorizou a presença dos dirigentes na Conferência, tendo em conta que “é preciso parar para refletir, para antecipar, para planear e para preparar”, e sublinhou que “o trabalho das IPSS todos os dias é importante e determinante”.

A Secretária de Estado Clara Marques Mendes deixou a garantia de que “conosco as IPSS nunca vão andar de mão

estendida, vão estar de mãos dadas”. E apontou “a palavra-chave da atuação política: articulação. Estamos todos com o mesmo espírito e a caminhar todos no mesmo sentido”. Os discursos da sessão de encerramento estão disponíveis no canal Youtube da UDIPSS Lisboa.

A Conferência decorreu num auditório do ISCTE, e teve o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. ●●

IPSS AVALIAM POSITIVAMENTE INICIATIVAS DA UDIPSS LISBOA

Em jeito de balanço dos trabalhos, que reuniram contributos ao longo de vários meses deste ano, por via de reuniões presenciais que cobriram todos os concelhos do distrito de Lisboa e onde participaram um número significativos de Instituições, ou por via escrita quer por submissão de questões em formulário eletrónico, quer por via de cartas ou emails, as quase 500 Instituições do Distrito de Lisboa representadas reuniram sob a coordenação da sua representante no distrito, a UDIPSS de Lisboa, numa conferência designada pelo “O Desafio da Proteção Social”.

Na sessão de trabalhos da manhã, cada coordenador das muitas respostas sociais expôs as principais conclusões que foram reunidas num caderno síntese, que foi entregue durante a tarde à Senhora Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, para que as soluções sugeridas possam ser ponderadas pelos nossos governantes. Atendendo à prática generalizada de cooperação das IPSS com o Poder Local, na tarde desse dia foram os autarcas (Câmara Municipal de Lisboa e Associação Nacional de Freguesias) que participaram,



expondo como sentem e percebem “O Desafio da Proteção Social” num momento de transferência de competências do Estado Central para o Estado Local.

A avaliação da sessão e das intervenções foi marcadamente positiva, com 25% dos presentes a considerarem globalmente satisfatórias as conclusões e 75% a referirem serem resultados completamente satisfatórios, sendo reunidas sugestões para próximas jornadas de trabalho. ●●

Carlos César
Vice-presidente UDIPSS Lisboa

Continuamos a olhar para o Setor Social e Solidário pela mão de ex-ministros desta Pasta governativa. António Bagão Félix aceitou partilhar a sua reflexão.

A SOLIDARIEDADE, HOJE E AMANHÃ

António Bagão Félix, licenciado em Economia e Finanças pelo ISEG, foi ministro da Segurança Social e do Trabalho (2002-2004) e ministro das Finanças e Administração Pública (2004-2005), além de outros cargos governativos, administração de bancos e companhias de seguros, docência universitária e autoria de livros. Foi vice-governador do Banco de Portugal, Conselheiro de Estado, presidiu à Comissão Nacional Justiça e Paz e à assembleia-geral da União das Misericórdias Portuguesas.

É conhecida a sua paixão pela botânica.

1. A sociedade confronta-se com novas e persistentes questões sociais e antropológicas. Na família, na empresa, na comunidade em geral, novos desafios se enfrentam, as relações entre as pessoas assumem novos contornos e dimensões, as tecnologias e as comunicações revolucionam os padrões de vida, a globalização altera os centros de decisão e fragmenta o processo produtivo.

Vive-se acentuadamente numa “sociedade de zapping”, concretizada por um tempo de predomínio dos factos e do imediatismo sobre a perenidade dos valores, um tempo de insaciável satisfação de interesses, nem sempre legítimos, que atrofiam, anestesiadamente, o espírito de solidariedade, de partilha, de gratuidade e de convivialidade entre as pessoas.

Por outro lado, observa-se, de maneira agora mais nítida, o carácter excessivamente dual, bipolar e indutor de fragmentação social da sociedade. Passou-se de uma segmentação fortemente concentrada numa escala vertical de rendimentos e em que a pobreza assumia um carácter mais estático e persistente, transmitida de geração em geração, para uma sociedade de acrescidas fragilidades, vulnerabilidades e exclusões, com crescentes franjas das populações a sofrerem o estigma de estarem fora do sistema social.

De facto, hoje a questão social não é apenas estar acima ou abaixo do limiar de subsistência. É, também, estar fora ou dentro da malha social que determina as regras da participação. Por isso, um problema importante da chamada “cultura da pobreza” é o da não participação e da não integração, motivadas pela solidão e o isolamento, por razões educacionais, pela ruptura urbanística, pelo desemprego persistente, pela precariedade social e laboral, pelo aparecimento de novas doenças, pela omissão ou diluição das responsabilidades familiares e geracionais.

2. Neste âmbito, é indispensável lutar por uma renovada ética de solidariedade. A solidariedade para ser genuína, autêntica, enriquecedora e persistente →





“De facto, hoje a questão social não é apenas estar acima ou abaixo do limiar de subsistência. É, também, estar fora ou dentro da malha social que determina as regras da participação.”

tem que se edificar de baixo para cima, potenciando os valores do voluntariado, da solicitude e da participação como alicerces de uma atitude criativa, espontânea de solidariedade não intermediada, menos burocrática, mais desinteressada e amiga, mais conforme à natureza do Homem.

O princípio da subsidiariedade é crucial para uma nova abordagem da solidariedade porque é um princípio de liberdade, de iniciativa, de responsabilidade e de harmoniosa hierarquia e subordinação de princípios. A subsidiariedade social reconhece o papel essencial das pessoas, das famílias e das instituições de solidariedade social.

O princípio da subsidiariedade é transversal a todo o seu ensinamento e deve traduzir-se numa harmoniosa e responsável hierarquia e subordinação de valores: o ser antes do ter; a convivência antes do isolamento; a família antes da cidade; a cidade antes do Estado, a ordem das coisas subordinada à ordem das pessoas.

A solidariedade é um valor, não uma simples técnica social. A solidariedade é um estímulo, não uma dependência, parte do homem pluridimensional e deve exprimir a exemplaridade. Reduzir as desigualdades e fragilidades sociais não é apenas um problema de política e de uso de meios técnicos e

monetários. Passa, também, pelo primado das iniciativas capilares, pelo contributo inestimável das IPSS e do uso da inteligência e do coração. Importa realizar a melhor combinação possível entre recursos monetários e não monetários (tempo, competência, saberes, partilha, gratidão, lealdade, gratuidade, etc.)

Por outro lado, uma nova ética nas relações sociais pressupõe que o social não seja visto como um custo ou passivo, mas antes como um recurso indispensável para a geração de uma sociedade mais equilibrada. E se é certo que o social, desligado da necessária geração prévia de riqueza pode redundar em puro e inconsequente utopismo, não é menos verdade que as preocupações sociais não podem ficar submergidas pelo primado da economia e da produção, insensível à realidade social. Ambas as visões corroem o exercício da solidariedade.

Não há solidariedade nacional sem solidariedade social. Não há solidariedade e bem-estar social sem solidariedade geracional. Não há solidariedade geracional sem solidariedade familiar, lugar por excelência das chamadas solidariedades naturais.

3. O trabalho social das IPSS deve contribuir para a integração e não compartimentação das respostas, reforçando a qualidade da resposta e não apenas a quantidade, utilizando estruturas leves, ágeis e flexíveis e não concentradas e burocratizadas, através de uma adequada simbiose entre voluntariado, generosidade e profissionalismo. Com competência emocional e sabedoria afectiva. O Estado não possui inteligência emocional, nem pode ser entendido como possuindo um dom de onisciência social. Neste contexto, a relação Estado/IPSS não pode consistir apenas numa mera relação orçamental. Certamente, que tudo isto exigirá

um posicionamento e uma atitude de respeito e de não desconfiança dos serviços do Estado, às vezes ciosos em através de normas, orientações, despachos e outras intervenções ditar o seu poder burocrático e desestimular, não raro, atitudes boas, generosas e socialmente reprodutivas.

Uma nova ética do cuidar não é, também, indissociável da necessidade de

inovação e de reinserção social. Inovação, não apenas traduzida nos métodos, como no campo de acção das organizações não-governamentais. A título de exemplo, citaria as áreas de combate à solidão e de serviços de proximidade geográfica ou relacional, a educação e adaptação profissional de jovens e adultos, a renovação urbana e de preservação ambiental, a solidariedade interétnica, o apoio aos estabelecimentos prisionais e às vítimas de crimes, lazer e transporte, apoio diferenciado aos cuidados com a chamada “quarta idade”. Fazer pontes em vez de muros e erradicar o aparente comodismo da ideia de “posta-restante social” onde sempre se corre o risco de uniformizar o que exige diferenciação, de massificar o que supõe proximidade e personalização.

“ O trabalho social das IPSS deve contribuir para a integração e não compartimentação das respostas, reforçando a qualidade da resposta e não apenas a quantidade (...) através de uma adequada simbiose entre voluntariado, generosidade e profissionalismo”

António Bagão Félix

(texto escrito de acordo com a grafia anterior ao AO90)



ENCONTRO DE ENTIDADES DO SETOR SOCIAL DE LISBOA

A UDIPSS Lisboa colaborou com a Câmara Municipal de Lisboa na realização do Encontro de Entidades do Setor Social, que decorreu no dia 29 de outubro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

O presidente da Câmara, Carlos Moedas, discursou na abertura, sendo depois os trabalhos conduzidos pela Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais, Sofia Athayde.

Na sua intervenção, o presidente da Direção da UDIPSS



Lisboa, José Carlos Batalha, afirmou que a relação entre o Estado central, o setor autárquico e o setor social solidário é essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Segundo a CML, a via direta para as IPSS (centraliza os pedidos das organizações num único ponto de contacto), criada em 2021, já

foi utilizada por 28% das 198 entidades, com 71% dos casos resolvidos, em pedidos de estacionamento, espaços e apoios financeiros, entre outros. ●●



ENCERRAMENTO DAS REUNIÕES CONCELHIAS

No dia 2 de outubro, a UDIPSS Lisboa promoveu a última reunião do ciclo de Reuniões Concelhias agendadas para este ano. O encontro decorreu nas instalações da Instituição Educação Popular, em Lisboa.

Entre maio e outubro, foram realizadas cinco reu-

niões concelhias, em diferentes municípios, das quais resultaram momentos de debate e reflexão e apresentação de problemas e sugestões.

A todos os representantes de IPSS que participaram nos encontros, a Direção da UDIPSS Lisboa apresenta sinceros agradecimentos. ●●

SINTRM

Um lugar que é nosso.

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

No Município de Sintra, a transferência de competências da área social tem permitido uma resposta mais personalizada, num esforço que junta a autarquia, Juntas de Freguesias e as IPSS. Basílio Horta, presidente da Câmara Municipal de Sintra, sublinha que a descentralização exige uma gestão cuidadosa dos recursos.

O processo de transferência de competências de ação social para a Câmara Municipal de Sintra foi implementado de forma estruturada e gradual, com o objetivo de garantir uma transição suave e eficaz. Esta descentralização exige uma gestão cuidadosa dos recursos, mas oferece a oportunidade de melho-



rar significativamente a resposta às necessidades sociais do concelho de Sintra.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) foi um dos principais focos da transferência. Este serviço assegura o atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. A Câmara de Sintra implementou o SAAS em várias vertentes, incluindo atendimento de emergência e atendimento programado pelas Juntas de Freguesia.

“O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) foi um dos principais focos da transferência.”

Para otimizar a prestação de serviços, a Câmara de Sintra estabeleceu importantes parcerias com as onze Juntas de Freguesia e diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho. Estas parcerias permitem uma resposta mais eficaz, integrada e abrangente às necessidades sociais da comunidade. A colaboração com as Juntas de Freguesia e IPSS tem sido um fator crucial para o sucesso na resposta aos municípios, fortalecendo a rede de apoio social e garantindo uma cobertura mais ampla e integrada do território e das pessoas.

Com uma visão de proximidade, a autarquia, através dos

“A colaboração com as Juntas de Freguesia e IPSS tem sido um fator crucial para o sucesso na resposta aos municípios”

parceiros locais, procura garantir uma resposta adequada e personalizada para cada munícipe. O SAAS informa, aconselha e encaminha os cidadãos para respostas sociais adequadas, prevenindo situações de pobreza e exclusão social e promovendo a autonomia de pessoas e famílias. Este serviço mobiliza recursos comunitários para apoiar a autonomia, social e profissional, dos beneficiários.

Além das respostas abrangidas pela transferência de competências, a autarquia de Sintra, através do Fundo Municipal de Emergência Social, assegura a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual para colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica.

Em suma, a descentralização das competências de ação social tem sido benéfica para as comunidades de Sintra. Este processo permitiu uma resposta mais personalizada, onde a Câmara Municipal de Sintra e os parceiros sociais estão mais próximos dos cidadãos, oferecendo respostas mais rápidas e adequadas às necessidades locais. ●●

Basílio Horta

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

“A descentralização das competências de ação social tem sido benéfica para as comunidades de Sintra.”



CREVIDE, DESDE 1976 A APOIAR E ENSINAR



CREVIDE

A Crevide nasceu como associação em 1976, constituída por residentes de Moscavide que criaram a Creche Popular, um espaço profissional e seguro, destinado a cuidar de crianças a partir dos 3 meses durante o horário de trabalho dos pais, numa época em que as mães integravam em massa o mercado de trabalho, com destaque para a forte faixa industrial da zona ribeirinha do Tejo, desde Cabo Ruivo a Santa Iria, com muitos postos de trabalho preenchidos por famílias de Moscavide.

Desde essa altura a Crevide tem desenvolvido respostas sociais de infância e juventude, projetos na área social que apoiam famílias em diferentes fases da sua vida e tem em preparação muito mais, com especial ênfase nas áreas da deficiência e da incapacidade, com respostas para crianças, jovens, adultos e idosos.

Nestes quase 50 anos de história, nos quais os portugueses passaram por demasiadas crises económicas, por significativas alterações demográficas, pelo acolhimento de imigrantes e até por pandemias, a Crevide mostrou ser uma instituição resiliente e de confiança, sempre presente e que soube responder com prontidão aos desafios que as populações enfrentaram, *Apoiando e Ensinando* aos que de nós precisaram e procuraram.

Com o seu trabalho a Crevide tornou-se uma Instituição de referência, que integra e representa as organizações da

área social nos concelhos onde atua, incluindo a Direção da União Distrital de IPSS do Distrito de Lisboa, e trabalhando em rede com um grande número de organizações e grupos informais.



Atualmente, a Crevide está presente em Loures, Odivelas, Lisboa e Mafra, com as suas atividades organizadas pelas áreas Júnior, Sénior, Deficiência e Social.

O seu atual quadro de pessoal é composto por 60 colaboradores, dos quais 46% com formação superior de licenciatura ou mestrado.

Na área Júnior conta com respostas para 260 crianças e jovens, organizadas por 17 salas para as diferentes faixas etárias, as 3 Creches, o Jardim Infantil (pré-escolar), o CATL (Centro de Atividades e Tempos Livres) e a Casa da Rita (Ensino Especial e apoio à deficiência).

A área Júnior acompanha as crianças desde os 3 meses aos 12 anos, com um projeto educativo de excelência que, respeitando a individualidade de cada criança, desenvolve e promove competências e capacidades numa vertente de estimular o empreendedorismo para preparar as próximas gerações de futuros líderes. Este projeto educativo aplica-se às várias idades, desde o berçário, passando pelas salas de creche e pré-escolar e terminando no CATL.

Na área Sénior a Crevide procura respostas que permitam aumentar a autonomia do idoso e a sua permanência na habitação, retardando o recurso a lares

ou outras formas de internamento em instituições para idosos, promovendo soluções para o envelhecimento ativo da nossa população.

Além de projetos intergeracionais inseridos no programa da Crevide Mestres e Miúdos, onde os mais seniores fornecem saber e conhecimento com as crianças e as crianças dão alegria e movimentação a um dia a dia do idoso que não pode ser monótono, a Crevide tem em preparação um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para servir, não só a população de Moscavide e Portela, uma das mais envelhecidas do Concelho de Loures, mas também população portadora de deficiência de Mafra.

Na Área da Deficiência responde-se à incapacidade das pessoas, que assim nasceram ou que, fruto de doença ou acidente, têm as suas capacidades diminuídas. Para tal um quadro de terapeutas e psicólogos trabalha no sentido de estimular, corrigir e desenvolver as capacidades, promovendo a integração social e sempre que possível procurando uma via profissionalizante adequada às pessoas apoiadas.

Na área Social, uma área que norteia a nossa atuação, a Crevide dispõe de serviços que asseguram os apoios básicos a famílias ou a pessoas isoladas. É o caso da Troka-Trapos, a nossa loja solidária que recorre a donativos de bens para redistribuir roupas e calçados, livros, brinquedos, manuais escolares, mobiliário, produtos de limpeza e de higiene pessoal a quem está em situação de fragilidade económica.

Também para as pessoas e famílias que se encontram em situação de carência económica, a Crevide desenvolveu o **Take-Away Social** em 2011. Atualmente durante todos os dias do ano, incluindo feriados e fins-de-semana, confeccionamos e entregamos uma refeição completa e equilibrada a dezenas de pessoas.

Ao longo do tempo, a Crevide tem dinamizado a realização de **atividades culturais**, como as noites de fados, atividades ao ar livre como as caminhadas em família, **atividades científicas** como as “Jornadas do Envelhecimento em Meio Urbano” ou “A Importância

da Atitude Positiva nas Respostas Sociais”, workshops de informação, como os de alimentação saudável, de educação infantil, de gestão de finanças pessoais, ou de segurança rodoviária, dádivas de sangue, recolhas de bens e um sem número de festas e momentos de convívio, passeios e visitas para as nossas comunidades.

Temos permanentemente ativos **programas de voluntariado** para receber contributos de quem tem sentido de responsabilidade social e quer e pode contribuir com o seu tempo e com as suas competências para o desenvolvimento da sociedade.

Desenvolvemos relações de parceria com Empresas, Universidades e Escolas, Instituições e Organizações menos formais que nos permitem realizar em conjunto vários eventos e iniciativas procurando a sinergia que resulta das vontades e meios que as partes disponibilizam.

A Crevide é uma IPSS, com protocolos de cooperação com a Segurança Social para algumas das respostas que oferece. Com um sistema de Gestão da Qualidade baseado na Norma ISO 9001 e com uma componente de comunicação clara e transparente, é gerida por voluntários com formação superior e percursos profissionais longos e reconhecidos.

Porque hoje em dia ainda continua a ser importante reforçar o papel da mulher nesta sociedade, enquanto pilar das famílias, damos destaque ao papel da Mulher na Crevide. Os postos de trabalho na Crevide são ocupados quase totalmente por mulheres. Os Órgãos Sociais da Crevide são maioritariamente preenchidos por mulheres, que também presidem à Assembleia Geral e à Direção.

São também são as mulheres que maioritariamente entram e saem dos estabelecimentos da

Crevide, com os seus filhos que frequentam as nossas respostas e também são normalmente mulheres os “clientes” da Loja Solidária e são mais as mulheres que para as suas famílias recolhem os bens alimentares distribuídos. ●●



Margarida César - Presidente Direção

Margarida César
Presidente da Direção



A QUEM SERVE O ANÚNCIO DA MORTE PRÓXIMA DAS NOTAS EM PAPEL E DAS MOEDAS METÁLICAS?

OU OS RUMORES DA MORTE DO DINHEIRO FÍSICO SÃO NATURALMENTE EXAGERADOS?

No princípio era a permuta: troca de coisa por coisa.
Na permuta não corre dinheiro.

Em pleno séc. XXI, ainda há povos, como os do Suriname, em que a permuta é de regra: troca-se um frango por um kg. de castanha-do-Pará...

A permuta morreu com aparecimento das notas e moedas metálicas.

Hoje as pessoas mal se apercebem que a permuta ganhou novo fôlego.

Quando se pretende aceder a um 'e-book', a uma revista ou a um jornal electrónico – só se consente se as pessoas permitirem que os seus dados pessoais sejam a 'moeda de troca' - estão, na circunstância, a celebrar, afinal, um contrato de permuta.

Os dados pessoais, não o esqueçamos, são o petróleo do séc. XXI. Daí o assédio aos consumidores para que cedam seus dados e acedam a suportes digitais...

Mas, em geral, a vida corrente faz-se com base na moeda com curso legal.

As notas e moedas que por aí circulam, para além do nominal, têm valor simbólico: são uma das características da soberania, ainda que partilhada, dos Estados congregados na Zona Euro.

A sociedade digital tende a impor o seu dinheiro contra notas e moedas. E há quem queira que notas e moedas dêem lugar ao dinheiro digital. Aliás, há já quem recuse notas e moedas em pagamento de bens de consumo.

Uma tal atitude é ilegal. Ninguém pode fechar os olhos a essa afronta às pessoas e à lei.

Pagar 37 cents de pão, com absoluta recusa de uma nota ou moeda, é vilania, é afronta à cidadania, é 'crime' contra quem não tem acesso a conta bancária, a um cartão, é uma cruel forma de discriminação que nenhum sistema pode, hoje em dia, tolerar.

A moeda com curso legal desfruta de outras características, para além das de um serviço público essencial:

- Universalidade do acesso ao dinheiro, como o conhecemos, às notas em papel e às moedas metálicas;
- Inclusão financeira: diversidade de opções de meios de pagamento para que aos consumidores se não vede o acesso, segundo necessidades e conveniências, a distintos meios, mormente no que tange à legião dos que esmagados se acham entre os limiares da miséria e da pobreza;
- Numerário como ultima ratio, o valor de refúgio em caso de interrupção de outros meios de pagamento, como ainda recentemente aconteceu com os sistemas em crise e o "apagão" registado;
- Numerário enquanto pilar da cultura da economia local e de proximidade, nomeadamente no quadro do pequeno comércio e no dos negócios familiares;
- Numerário como meio de controlo de disponibilidades e óbice ao fenómeno do excessivo endividamento arrostado pelo acesso à moeda digital e ao anatocismo

(o inestancável fenómeno dos juros sobre juros que perturbam uma qualquer economia doméstica submersa no fenómeno do sobre-endividamento);

- Numerário como elemento base para uma educação financeira, como alicerce, como suporte para a literacia financeira de crianças e jovens, mas também dos de idade mais avançada, enquanto imperativo inalienável emergente dos ditames da Comissão Europeia inscritos nos trabalhos preparatórios da Directiva do Crédito de 23 de Abril de 2008.

Aliás, a Nova Agenda Europeia do Consumidor privilegia a transformação digital e a transição ecológica, como o alfa e o ómega dos objectivos que força a projectar no quinquénio 2021 / 2025.

Nela se realça - no que ao sistema de pagamentos de pequenos montantes se reporta - o papel insubstituível da moeda com curso legal, que há que preservar, a todo o transe.

O papel moeda com curso legal tem uma moldura irrecusável e como características essenciais, para além das que se exprimiram supra,

- o anonimato (exponencial valor de privacidade, o anonimato já de si seria bastante para se conferir primazia ao dinheiro físico, ao numerário, como paliçada contra a perseguição absoluta dos nossos passos pelos distintos poderes, num permanente refazimento de trajectos e de cursos de vida).

- o seu emprego simples e fácil
- a imediata disponibilidade
- a gratuitidade do acesso (sem custos acrescidos por



Mário Frota
Mandatário nacional da Associação Plataforma DENÁRIA



A IMPORTÂNCIA DAS NOTAS E MOEDAS

“Os técnicos de serviço social acompanham os nossos utentes ao multibanco para lhe levantarem dinheiro, porque eles querem sentir as notas”, afirmou o presidente da UDIPSS Lisboa, na 1ª Conferência Anual da Denária Portugal, realizada a 28 de fevereiro.

José Carlos Batalha lembrou que “as nossas instituições são um pouco espelho das nossas comunidades” e para os utentes das IPSS o numerário continua a ser um meio fundamental para gerirem as suas finanças pessoais. E acrescentou que “quem preconiza este tipo de medidas (restrição ao pagamento com dinheiro físico) não conhece o país real!”. ●●

operação, como sucede nos mais meios de pagamento com as inerentes comissões).

- a segurança (o exponencial número de fraudes que assolam o digital é altamente perturbante: só o ano passado, segundo a Europol, atingiram os 1 530 000 000€ na Europa; os jornais espanhóis referiram, recentemente, uma fraude que atingiu, em Portugal, quase 400 000 cartões de crédito)!

Da simples compra de uma còdea de pão à aquisição de um rabo de bacalhau no minimercado do bairro ou na passagem pela portagem de uma AE para um encontro inocente tudo é detectável, tudo é controlável, sem forma de resistir a uma ditadura do digital que tudo subjugará.

Contra a vilania, o arbítrio, a prepotência, o controlo absoluto dos nossos passos e vidas, há que apostar, em todas as circunstâncias, nas notas e moedas como meio privilegiado de pagamento.

Só nos resta RESISTIR! ●●



A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA HUMANIZAÇÃO DOS CUIDADOS À PESSOA IDOSA

A palavra “Tecnologia” ainda é, aos dias de hoje, vista como uma palavra muito impessoal, criando resistência em alguns profissionais. No entanto, se a sua implementação nas instituições for efetuada de forma correta, pode funcionar como um facilitador para a humanização dos cuidados, enquanto impulsiona a autonomia, o conforto e a empatia junto dos nossos idosos. Na verdade, a inovação tecnológica permite que o trabalho dos profissionais seja mais direcionado, menos exaustivo e orientado para o cuidado individualizado, valorizando a relação com cada idoso.

As ferramentas digitais permitem melhorar e personalizar a prestação de cuidados, uma vez que os profissionais que acompanham os utentes, conseguem consultar, em tempo real e em qualquer lugar, a evolução do estado de saúde dos seus idosos, permitindo detetar rapidamente alguma agudização e, consequentemente, impulsionar uma intervenção mais rápida para reverter a mesma. Todos os regis-

tos da evolução do estado de saúde do idoso, sendo efetuados de forma digital, permitem centralizar os dados no utente, evitar a perda de informação relevante e efetuar um planeamento mais focado nas necessidades específicas de cada um. É nesta primeira abordagem que se releva a primeira palavra-chave da Humanização: **Personalização dos Cuidados**. Com a personalização, o idoso sente que os profissionais têm empatia para com ele e para com o estado de saúde dele.

A segunda palavra-chave consiste na **Automatização de Tarefas**. O dia-a-dia dos profissionais, por vezes é repleto de tarefas direcionadas com as rotinas diárias (como por exemplo, o registo de administração de medicamentos, gestão dos horários de alimentação, entre outras), pelo que a possibilidade de automatização dessa tipologia de tarefas permite que as mesmas sejam efetuadas de forma mais rápida e precisa, minimizando os erros que possam impactar na saúde dos idosos. Para os profissionais,

esta mais valia representa um aumento de tempo disponível para se dedicarem a interações mais diretas com os idosos, promovendo um cuidado mais humano e menos mecanizado.

O **Envolvimento dos Profissionais** é a terceira e última palavra-chave, mas não a menos importante. Quando falamos de Humanização de Cuidados, falamos de pessoas, quer sejam elas os idosos que vão receber esses mesmos cuidados, quer sejam os profissionais que promovem a sua prestação. A inovação tecnológica, por vezes, é vista como uma ameaça para os profissionais, quer por medo da sua complexidade, quer pela sua literacia relativamente às tecnologias. No entanto, o segredo está no seu envolvimento durante o processo de implementação de soluções tecnológicas nas instituições. Os profissionais devem ser capacitados para o uso correto das soluções e devem sentir que fazem parte do novo projeto de inovação da Instituição que representam. Dessa forma, vão perceber muito mais facilmente a importância que a tecnologia promove no seu dia-a-dia e como os pode auxiliar, e até mesmo facilitar, uma ponte de maior proximidade entre eles e os idosos.

É importante salientar que o foco deve ser sempre o utente, o seu bem-estar e a sua saúde. E esse foco é relevante não só para as Instituições como para as Empresas que desenvolvem as soluções tecnológi-

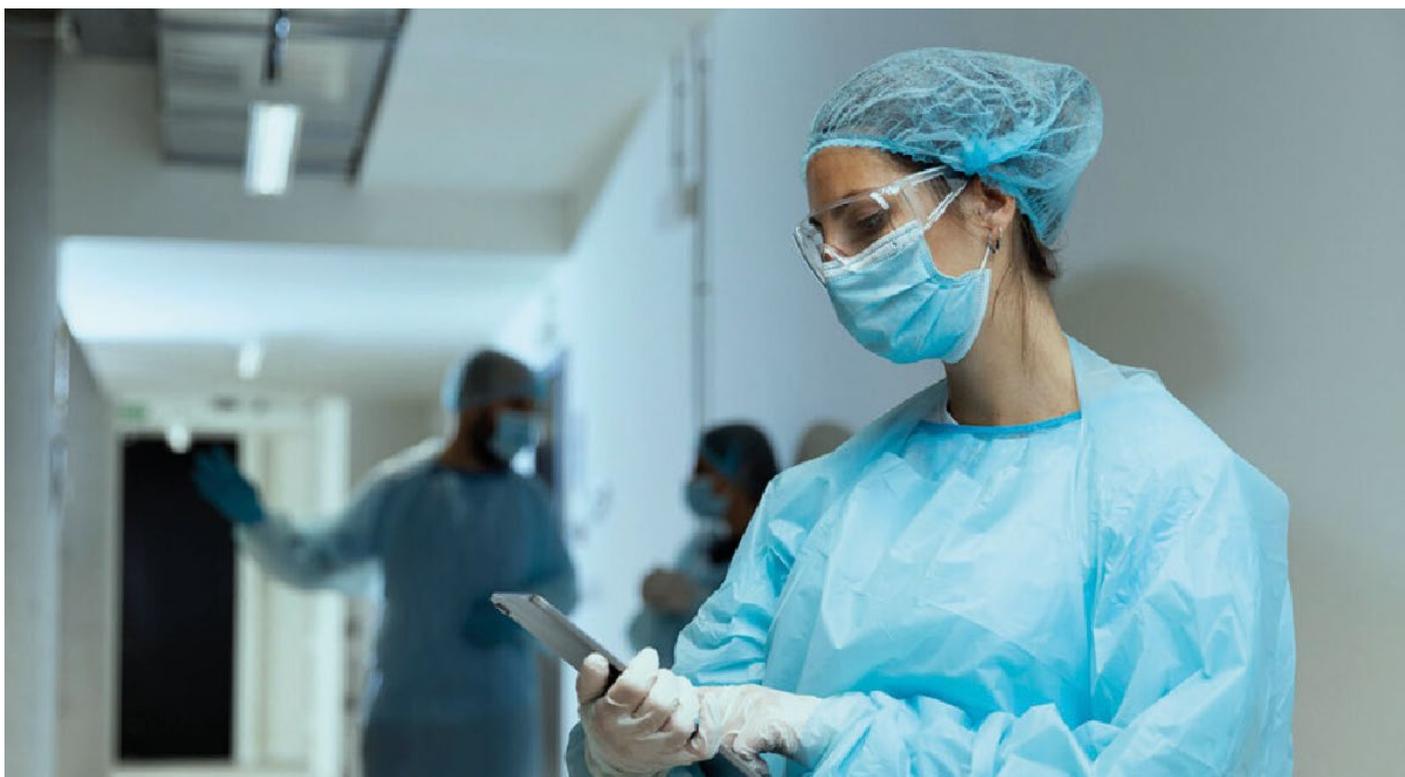
cas. Nos dias de hoje, as soluções desenvolvidas para o setor são cada vez mais intuitivas, de fácil utilização e direcionadas para as principais preocupações dos profissionais. A F3M dispõe de uma solução inovadora, a HEALTHi, que poderá ajudar em todo este processo de inovação tecnológica e tornar-se mais um membro da equipa das instituições.

Na HEALTHi, poderá encontrar funcionalidades promotoras das palavras-chaves enumeradas, como por exemplo:

- Plano Individual de Cuidados – permite efetuar um planeamento de cuidados personalizado por utente.
- Registo de Atividades Diárias – facilita a automatização de registos de tarefas.
- Escalas de Avaliação – promove um acompanhamento constante da evolução do estado de saúde do idoso.
- Planeamento das Atividades Socioculturais – funcionalidade responsável pelo planeamento de atividades lúdicas a desenvolver com os nossos idosos.
- Folha Terapêutica – permite registar toda a medição crónica/SOS do utente, viabilizando a construção do cardex de forma precisa, e reduzindo a probabilidade de erros na administração.
- Entre outras.

Carla Rocha

Health Consultant, F3M



13ª EDIÇÃO DO PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO DRA. MARIA RAQUEL RIBEIRO

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP) promoveu, no dia 1 de outubro, a cerimónia da 13ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, tendo distinguido este ano oito personalidades escolhidas para serem exemplos de envelhecimento ativo.

A entrega dos prémios decorreu no auditório da Fundação Montepio, em Lisboa, e contou com uma sala cheia de convidados, entre os quais o presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha.

Na cerimónia foi exibido um vídeo com uma mensagem da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, que sublinha que o en-



velhecimento ativo “é uma causa que encontra um forte eco nas prioridades deste governo, ou seja, garantir que a pessoa com mais idade beneficie em pleno do estatuto social que lhes é devido”. ●●



@ Fotos: APP

I ENCONTRO IPSS AÇORES

O Presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha (nas funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS) participou no I Encontro IPSS dos Açores, promovido pela URIPSSA - União Regional das IPSS dos Açores, de 9 a 14 de setembro. ●●



José Carlos Batalha com a Secretária Regional da juventude, habitação e emprego, Maria João Carreiro; Vereadora da Câmara Municipal de Angra, Fátima Amorim; Vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves; e o Presidente da URIPSSA Açores, João Canedo.



Visita ao Lar do Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas) - Angra do Heroísmo

AGENDA

NOVEMBRO - DIA 20

Dia Internacional dos Direitos das Crianças

DIA 27

22º aniversário da UDIPSS Lisboa

DIA 29

Dia de Não Comprar Nada Criada pelo artista Ted Dave no Canadá, em 1992, a iniciativa apela ao consumo responsável, coincidindo com o dia das promoções da Black Friday.



DEZEMBRO - DIA 3

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

DIA 10

Dia Internacional dos Direitos Humanos



SEMINÁRIO CNIS

Decorreu no dia 23 de Julho, no Centro de Congressos de Aveiro, o Seminário sobre “Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade na prestação de cuidados – o caso das pessoas mais velhas e apoiadas pelas IPSS”, promovido pela CNIS. O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, foi um dos oradores. ●●

“INTERVENÇÃO NA DEMÊNCIA EM PORTUGAL: A CAMINHO DA INTEGRAÇÃO”

A Conferência organizada pela Associação Alzheimer Portugal vai acontecer no dia 20 de novembro, no Auditório Senhora da Boa Nova, no Estoril. Pretende-se mais e melhor conhecimento para reforçar a promoção e o respeito dos Direitos das Pessoas que vivem com Demência e seus cuidadores informais, bem como a prestação de cuidados de qualidade e promotores de bem-estar ao longo de todo o curso da doença. ●●



AVISO CONVOCATÓRIO ASSEMBLEIA-GERAL

De acordo com os Estatutos desta UDIPSS, em particular o número 2 do Artigo 22º., convoco as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para reunirem no próximo dia 30 de Novembro, pelas 09:30 horas, na Associação Beneficência “Casas de S. Vicente de Paulo” em Lisboa, Av. Marechal Craveiro Lopes, nº 10 (acesso pela escada de serviço exterior), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e a aprovação do Plano de Actividades para o ano 2025;

2. Apresentação e aprovação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para 2025;
3. Informações.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das Instituições associadas, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

Lisboa, 15 de Novembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia
Horácio Félix



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

📍 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

☎ 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

✉ secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt



HEALTHi

PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL

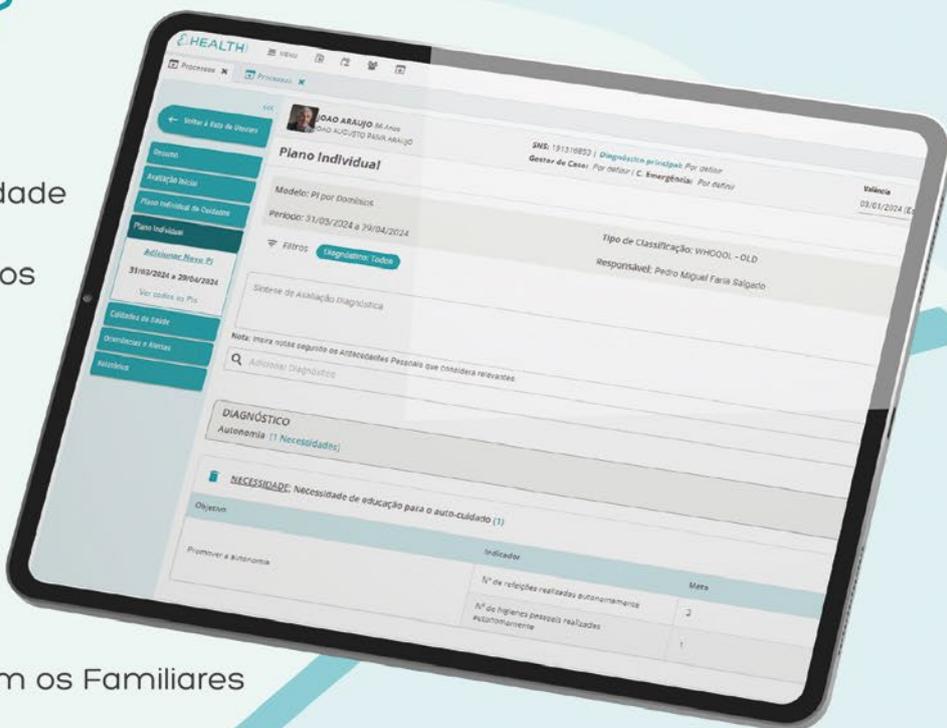


Solução para a gestão de cuidados de saúde.

Garanta a eficiência e a conformidade legal desde as tarefas diárias até ao acompanhamento dos utentes.

Porquê o HEALTHi?

- 1 Registos Eletrónicos
- 2 Monitorização e Controlo de Qualidade
- 3 Melhoria na Qualidade dos Cuidados
- 4 Escalabilidade e Personalização
- 5 Conformidade Legal e Normativa
- 6 Facilidade de Utilização
- 7 Eficiência Financeira
- 8 Comunicação e Transparência com os Familiares



saiba mais em healthi.f3m.pt

